Cadernos Culturais-1

OS JORNAIS DE MONTALEGRE NA 1.ª REPÚBLICA (1910-1926)

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
1987

G
.202)

Cadernos Culturais-1

OS JORNAIS DE MONTALEGRE NA 1.ª REPÚBLICA (1910-1926)

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
1987

BIBLIOTECA municipal de Montalegre
rua General Humberto Delgado - 5470-242 MONTALEGRE

CADERNOS CULTURAIS — 1

OS JORNAIS DE MONTALEGRE NA 1.ª REPÚBLICA
(1910-1926) — 2.ª edição

— Estudo de *Jorge Fernandes Alves*

ÓRGÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS

Propriedade da
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tiragem deste número: 2000 exemplares

Gráfica: «Editora Correio do Minho»
para: «Livraria Editora Pax, Lda.»
Depósito Legal n.º 16014/87

JORGE FERNANDES ALVES, natural de Formariz, Paredes de Coura, licenciado em História pela Faculdade de Letras do Porto. Foi membro activo do Núcleo Cultural Municipal enquanto permaneceu em Montalegre, e ao estudo de Barroso dedicou muitas horas do seu tempo livre do que resultaram três preciosas obras, que muito contribuiram para o enriquecimento deste concelho de Montalegre.

BIBLIOTECA
Municipal de Montalegre
Data 14-01-2011
Registo 18325
Cota 008(469.202)

1 — UMA HERANÇA A PRESERVAR

Montalegre possui no seu património cultural uma rica e variada colecção de jornais dos tempos da 1.ª República (1910-1926), cujo valor para o conhecimento dessa época histórica transcende o âmbito regional.

Anote-se, desde já, que se trata de uma propriedade cultural e não material. De facto, não há conhecimento de que as entidades oficiais do concelho, ou sequer particulares, possuam a colecção completa: temos notícias, porém, de alguns possuidores de séries completas de um ou outro título. Só que, funcionando deste modo, o caso toma o aspecto de dinheiro debaixo do colchão: à disposição do investigador, o jornal antigo vale como uma jóia, pela sua reprodução cultural; no caso contrário, não passa de papel velho exalando cheiro bafiento. Por outro lado, a dinâmica dos jornais montalegrenses vive muito do sistema ataque/contra-ataque e qualquer visão de conjunto resultará parcial se não tiver em conta uma observação paralela dos vários títulos.

É uma questão que a projectada biblioteca municipal deve ter a preocupação de resolver. Tem, para isso, duas hipóteses de trabalho:

1. sondagem junto de particulares, contando com a consciência cultural destes, de modo a reaver exemplares que correm o risco de destruição a prazo mais ou menos curto;
2. microfilmagem da colecção quase completa que existe na Biblioteca Pública Municipal do Porto, dispersa por vários volumes de miscelânias de jornais regionais.

2 — A CONJUNTURA HISTÓRICA

A proliferação em Montalegre, na época em causa, de jornais regionais (houve uma altura em que se publicaram cinco, simultaneamente) não deixa de ser surpreendente, apesar da liberdade de imprensa que a implantação da República proporcionou. Na verdade, mesmo em zonas urbanas de certa importância tal não aconteceu, se exceptuarmos as grandes cidades. A surpresa advem, sobretudo, da situação de quase insularidade em que a região do Barroso se encontrava na época, o que originava lamentações em todos os jornais e constituía um dos poucos pontos de acordo entre eles. O isolamento da região avaliar-se-á, grosso modo, se recordarmos que a

estrada Braga-Chaves se quedava, na época, em Venda Nova; que ainda se estava a várias dezenas de anos da construção das barragens e do seu inevitável impacto estrutural; e que nem se pensava na emigração para França, com o seu dinheiro, as suas casas, os seus automóveis, embora a emigração fosse já um facto, mas com vocação transoceânica.

O isolamento físico favorecia, indiscutivelmente, o isolamento mental e a estagnação social: os vários periódicos ressentem-se disso, sendo expressão de grupos restritos, às vezes de uma só pessoa. Este óbice não prejudica, no entanto, o seu valor literário e documental, pois é até factor de uma certa sistematização e concentração temática.

Neste contexto, uma questão imediata se coloca: o porquê, a motivação dos periódicos montalegrenses. Esta motivação assenta em vários aspectos: interesses políticos, interesses de grupos e de promoção individual, interesses regionais.

Numa terra, onde a percentagem de analfabetos era assustadora, onde se contavam pelos dedos as escolas de ensinar a ler, escrever e contar, a preferência pela comunicação escrita seria duvidosa, não fosse a magia e autoridade da palavra impressa, o seu poder de insinuação junto de quem a ouve e de quem perante ela não pode deixar de sentir complexos de inferioridade. Escrever para o jornal, lê-lo em público, opinar em conformidade era uma forma de se subtrair à mediocridade.

Mas o jornal era também uma forma de dar corpo a ideias, anseios, modos de ver, a que só a escrita permitia dar unidade e coerência e, finalmente, publicitar.

O jornal era, ainda e principalmente, a forma de expandir para fora dos limites do concelho as críticas à administração que se combatia, para que chegassem junto de responsáveis maiores e fossem lidas na versão conveniente: era uma forma de pressão política, junto dos centros de decisão.

Como prova destas asserções, não faltam nos vários jornais notas chistosas que cobriam de ridículo os membros das comissões municipais que apenas sabiam assinar de cruz; cartas abertas dirigidas às instâncias superiores contra adversários que ocupavam lugares administrativos e se pretendia derrubar.

O jornal mais antigo, O BARROSÃO, no seu editorial de apresentação procura definir um conceito modelar de imprensa:

«Imprensa é a língua ponderada e coerente com que os povos trocam impressões e falam alto seus direitos.

A imprensa é ainda a fotografia clara e inconcussa onde a vida e o sentir duma sociedade inteira, fielmente, se retrata.»

É uma perspectiva dinâmica, onde o jornal aparece como catalizador social e como fixador de quadros vivos, mas O BARROSÃO teve vida efémera.

Já os jornais posteriores se apresentam, antes de mais, como órgãos de partidos ou correntes ideológicas, explícita ou implicitamente embora todos se afirmem como defensores dos interesses regionais.

Falar de partidos políticos dos inícios do século, em Montalegre, impõe algumas considerações. Interesses políticos, interesses regionais e interesses de pequenos grupos são coisas onde o discernimento de limites se torna difícil, senão impossível. Para exemplificar, lembro aqui como uma aspiração legítima e de longa data dos barrosões — a estrada Braga-Chaves, com ligação a Montalegre — tornou vulneráveis os partidos existentes, ainda em plena monarquia.

Quando da visita do rei D. Carlos a Montalegre, em pleno franquismo político, o povo do concelho obteve do monarca a promessa da conclusão da estrada que, como dissemos, se ficava pela Venda Nova. A promessa provocou uma tal adesão à nova corrente política que, após a morte de D. Carlos e a queda da ditadura de João Franco, quando os partidos locais (Regeneradores e Progressistas, largamente preponderantes os primeiros) repararam em si mesmos, se reconheceram completamente desagregados.

É claro que a estrada continuaria letra morta e o Partido Democrático, já em plena República, prometia a sua construção, argumentando para isso tê-la incluída no seu programa local (cfr. VOZ DA DEMO-

CRACIA, n.º 5). A promessa da construção da estrada continuará a ser o prato-forte dos vários agrupamentos políticos que em Montalegre se digladiavam, sendo usada ora como certeza em caso de vitória eleitoral, ora como acusação da ineficácia dos que ocupavam o poder.

A vida partidária em Montalegre seguirá, a par e passo, a evolução política nacional e terá uma repercussão directa nos vários jornais, factor de vida para uns, factor de morte para outros. Convém sublinhar que essa mesma vida partidária local não sofreu com a implantação da República mutação de hábitos dignos de realce, o que foi um facto generalizado a quase todo o País. De facto, as estruturas partidárias da monarquia, praticamente baseadas no caciquismo, após leves hesitações, integraram-se dentro do esquema republicano. É curioso observar que as várias comissões municipais nomeadas ou eleitas até 1926 foram, quase na totalidade, preenchidas por indivíduos que já na monarquia tinham desempenhado idênticas funções: a classe política permanecia ...

O único elemento novo será, sobretudo, o anti-clericalismo, que vem da linha tradicional do Partido Republicano e que terá repercussão (e aproveitamento) local. Sabe-se que, com a Lei da Separação, se institucionalizou esse anti-clericalismo ideológico do P.R.P., num processo de laicização do Estado a todos os níveis. A sua tradução na prática, consistia numa perda de influência e prestígio dos clérigos

BIBLIOTECA municipal de Montalegre

católicos, devido à paridade oficial dos vários cultos, do seu controle pelas comissões cultuais e perda de rendimentos pela nacionalização da propriedade da igreja. Não admira, assim, que a maior resistência ao novo regime venha do clero católico e que essa resistência esteja em correspondência com as suas áreas de maior influência.

Mas a aplicação em Montalegre da Lei da Separação precisa de um estudo particular, já que teve aspectos de querela pessoal e direcção individualizada: os vários jornais no-lo mostram de modo elucidativo. Não é por acaso que, em Montalegre, o Partido Evolucionista será o mais exigente quanto ao cumprimento da lei (que o leader nacional do partido António José de Almeida de certo modo renegava), e o mais publicamente anti-clerical: isso só acontecia em casos pontuais e adivinha-se facilmente a razão — humilhar os clérigos que se lhes mostravam hostis.

Curioso é o facto de praticamente não haver partidários declarados da monarquia, excepção feita a alguns membros do clero. Lembremos o fracasso que constituiu a incursão de Paiva Couceiro, em 1912: entrando a 7 de Julho por Padornelos, a pequena guarnição de Montalegre ficou em sobressalto e preparou-se para a defesa, mas Couceiro inflecte para Chaves, onde será escorraçado pelas tropas locais no dia seguinte.

Este episódio não deixará de ter repercussão, levando à prisão do reverendo João Insuellas, pároco

de Gralhas e editor do jornal O POVO DE BARROSO, levado por uma escolta de cavalaria 8 para Braga. A prisão foi feita em 7/8/1912, mas o jornal, acusado de pró-monárquico, deixara de se publicar após a tentativa de Couceiro, um mês atrás.

Com a implantação da República, tinha sido atingido o objectivo do Partido Republicano Português. Surgiu depois a clarificação no seu próprio seio, uma vez arrumada a questão do regime: as opções mais conservadoras encontraram o seu lugar ao criarem o Partido Evolucionista, a partir da dissidência de António J. de Almeida do P.R.P., as opções mais à esquerda agruparam-se no Partido Democrático, que oficialmente continuou a usar a sigla do PRP, e cujo chefe era Afonso Costa. Ora quando o leader evolucionista correu o País, empenhado na promoção e instalação do seu partido, esteve em Montalegre em Março de 1913: a sua visita dinamizou a publicação de um jornal — O MONTALEGRENSE — como órgão local do partido. O Partido Democrático, num acto de defesa e contra-ataque, procurará fazer publicar o seu próprio órgão: só que se digladiam no partido duas facções, pelo que se publicarão dois jornais: O COMBATE e A VOZ DA DEMOCRACIA.

Estavam criadas as condições para o conhecido diálogo de surdos, onde o insulto pessoal funcionava como troca de galhardetes entre adversários. Era, de facto, um diálogo impossível que atingia o mútuo boicote na expedição pelo correio dos jornais: O MONTA-

LEGRENSE queixa-se de inscrições insultuosas para os seus assinantes nos exemplares expedidos; O CRENTE DE BARROSO afirma receber devolvidos recibos, nos quais se afirmava que o assinante se recusara ao pagamento, e depois receber cartas desses mesmos assinantes protestando pelo facto de ainda não lhes terem sido enviados os respectivos recibos de cobrança.

Mas a iconoclastia de uns, o sarcasmo de outros e a fina ironia de terceiros darão, contudo, aos jornais montalegrenses um aliciante de leitura que, ainda hoje, seduz o leitor que sobre eles se debruce.

3 — CRONOLOGIA

Os dados seguintes permitem-nos intuir a conexão existente entre a publicação dos vários jornais. É interessante a comparação com a cronologia dos principais acontecimentos políticos a nível nacional, mas isso transcende o âmbito deste trabalho, pelo que nos dispensamos de o fazer neste lugar.

JORNAL	início de publicação	fim de publicação	periodicidade	Total n.os
O Barrosão	4/4/1912	18/12/1912	quinzenário	19
O Povo de Barroso	4/5/1912	27/6/1912	semanário	9
O Montalegrense	24/3/1913	22/4/1920	semanário	292
O Combate a)	10/5/1913	17/4/1927	quinzenário	21
Voz da Democracia	1/6/1913	30/11/1913	semanário	24
O Povo de Barroso b)	10/6/1913	16/9/1913	irregular	2
O Crente de Barroso	19/6/1913	13/12/1917	semanário	202

a) O COMBATE teve uma publicação irregular, a qual se processou em três fases:

1.ª série:	n.º 1 —	10/5/1913
	n.º 12 —	16/11/1913
2.ª série:	n.º 1 —	22/3/1917
	n.º 6 —	25/9/1918
	n.º 30 —	6/3/1927
	n.º 32 —	17/4/1927

b) Esta segunda série de O POVO DE BARROSO é um caso especial e polémico, pois trata-se da apropriação do título de um jornal cuja publicação se encontrava interrompida sem autorização dos seus anteriores proprietários. Tratou-se mesmo de um combate pessoal contra um deles, o arcipreste J. M. Duarte Júnior. Apesar de prometer continuidade, quedou-se por dois números.

4 — TIRAGENS

No que a tiragens diz respeito, apenas sabemos a do número «pirata» de O POVO DE BARROSO, pois é o único que se lhes refere objectivamente: no primeiro número anuncia dois mil exemplares e afirma ser, por esse facto, o jornal de maior publicação no concelho; no segundo número eleva a tiragem para quatro mil.

Também sabemos da existência duma lista de assinaturas de um dos jornais, mas não conseguimos ter-lhe acesso.

Assim sendo, torna-se impossível abordar o tema da penetração dos jornais no meio a que, em princípio, se destinaram.

5 — OS JORNAIS

Façamos, agora, uma pequena visita aos vários jornais, em jeito de apresentação ao leitor.

5.1 O BARROSÃO

Quinzenário Republicano, Literário e Noticioso
Órgão dos Interesses do Concelho

Teve como proprietário e director Artur Maria Afonso, que assina em vários números poesias de relativo valor literário. O editor era Joaquim António de Almeida e o editor Carlos Alberto Fernandes.

A sua redacção e administração ficava na Corujeira e era impresso em Chaves, até ao n.º 14 na Tipografia d'O Republicano, depois na Tipografia Minerva.

Declara-se imbuído de espírito republicano, cuja apologia traça no primeiro número. Mostra-se anti-clerical, encarando a República como libertadora de «velhos preconceitos de campanário com todo o seu cortejo dos mais estupendos disparates — inquisição e feudalismo» ..., o que lhe valeu, desde o início uma polémica com O POVO DE BARROSO, que se lhe seguirá em publicação e de orientação católica.

A partir do segundo número exclui do cabeçalho a palavra **republicano.**

Dá-nos notícias sobre as movimentações monárquicas e suas incursões, especialmente os n.os 2, 6, 10, 11, onde nos relata pormenores da organização do exército de Paiva Couceiro na Galiza fronteiriça, a partir das declarações de um desertor; da incursão de Julho de 1912, por Padornelos; da prisão do P.e Insuellas, bem como notícias sobre indivíduos de Salto que participaram na coluna do P.e Domingos, de Cabeceiras.

Na luta por melhoramentos no Barroso, destacam-se artigos sobre a estrada Braga-Chaves (que será uma constante em todos os jornais) e a necessidade de um hospital concelhio (n.º 14); ainda séries de artigos defendendo a arborização do concelho.

Um tema interessante, pelo retrato sócio-económico da época: a emigração, que nesta época tomou proporções nunca antes atingidas, a nível nacional, e, pelos vistos, com significativas sangrias demográficas no Barroso. Em artigo publicado no n.º 18 de 3/12/1912 defendiam-se soluções para suster a emigração que, a serem tomadas, teriam revolucionado completamente a zona do Barroso:

1.º — Construção de vias de comunicação para o desenvolvimento agrícola;
2.º — Criação dum banco próprio, onde o lavrador pudesse levantar dinheiro a juro módico;
3.º — Permitir o cultivo de baldios incultos, mediante uma diminuta contribuição ao Estado.

Os n.os 15, 16, 17 e 19 publicam uma série de artigos intitulados «Subsídios para a arqueologia do Concelho de Montalegre» da autoria de Fernando Barreiros. (Uma palavra especial para este tenente, depois capitão, da Guarda Fiscal, que elaborou vários estudos históricos sobre a região, cujo valor merecia uma reedição em livro. Aqui fica a sugestão).

Sendo um jornal de quatro páginas, apenas as duas primeiras se destinavam ao texto de opinião e noticioso, pois a terceira era preenchida com avisos do tribunal e a quarta com anúncios comerciais.

O BARROSÃO era um jornal elaborado num espírito de unidade republicana. Nos últimos números, porém, aparecem artigos hostis à Comissão Municipal, o que prenuncia a cisão que se vai dar no P.R.P.

5.2 O POVO DE BARROSO

Semanário Católico
Defensor dos Interesses de Barroso

Teve como director J. M. Duarte Júnior, arcipreste e reitor de Montalegre; o editor e administrador era João Insuellas, pároco de Gralhas. A redacção e administração era na Rua Direita, mas a sua impressão fazia-se em Braga, na tipografia Propaganda Catholica.

Tinha como divisa «Por Deus e pela Pátria», impressa do lado esquerdo do título; do lado direito, imprimia-se «Boticas e Montalegre», propondo-se como jornal não só concelhio, mas de toda a região do Barroso.

Tendo aparecido após O BARROSÃO, reivindica no entanto a prioridade da ideia, mas **«razões de incubação»** evitaram que se publicasse em tempo devido. Acusa O BARROSÃO de fazer política, defendendo apenas interesses materiais e descurando os espirituais e mantém com ele uma polémica que se prolongará até final.

O seu editorial de apresentação é uma peça cautelosa, propondo que o jornal seja um lugar «onde se debatam os melhoramentos necessários e se formulem petições justas» duma terra até hoje tão esquecida dos poderes públicos na distribuição dos favores regionais».

Numa altura em que a Lei da Separação procurava colocar em pé de igualdade todos os cultos, O POVO DE BARROSO marca discretamente, mas desde o início a sua posição: afirma-se «defensor da religião verdadeira, sem desrespeito e intolerância para com as outras convicções». Mas este jornal virá a levar a cabo uma campanha contra a referida lei, campanha essa que culminará no seu sucessor, O CRENTE DE BARROSO.

A polémica afirmação, atribuída a Afonso Costa, de que a religião acabaria em três décadas, suscitou

inúmeros artigos. Neste sentido, também se publicam documentos da Igreja, como a carta do bispo da Guarda, a quem foi movido um processo pelo Ministério da Justiça, (n.º 3) e do arcebispo de Évora (n.os 5 e 7).

A relevar a consistência doutrinária do jornal, refira-se a secção «Notas de um Barrosão Ausente», ao que apuramos redigidas pelo P.e Afonso Baptista, na altura em Braga, em serviço no arcebispado: Igreja e Liberdade, Igreja e Igualdade, A Igreja e a Fraternidade, A Igreja e o Povo, A Igreja e a Ignorância, A Igreja e a Ordem Social, (n.os 4 a 9) — são artigos que procuram marcar a posição da instituição, dentro da linha das encíclicas que definiram a chamada doutrina social da Igreja, perante o debate ideológico que a proclamação da República viera dinamizar.

O POVO DE BARROSO foi acusado de ter simpatias monárquicas, tendo procurado refutar a sua posição de hostilidade à República de um modo curioso, transcrevendo, fora do contexto, afirmações de António J. de Almeida que, em fase de dissidência do P.R.P., afirmara referindo-se ao sistema vigente: «isto não é república». Com o decorrer do tempo, O POVO DE BARROSO assumirá posições inequivocamente monárquicas, principalmente quando ridiculariza António José de Almeida e elogia Paiva Couceiro como «pesadelo que está atormentando todos os dias os patriotas de barriga cheia» ...

Inequívoca é também a sua posição conservadora, recusando novas doutrinas, considerando que sempre houve verdadeiro comunismo no Barroso (confusão com comunitarismo), dando como exemplo o **boi da padriação,** escolhido, comprado, alimentado e vigiado pôr todos, o que apenas mereceu dos seus adversários de O BARROSÃO considerações chistosas.

O POVO DE BARROSO teve uma posição crítica e contundente das instituições administrativas do concelho, onde sistematicamente se apontavam os pontos fracos, em secções próprias cujos títulos são por si, eloquentes: Farpas, Interesses do Barroso — com vista à comissão municipal, Tesouradas.

Como já dissemos, a cessação da sua publicação teve a ver com a movimentação monárquica.

5.3 O POVO DE BARROSO

Gazeta católica vespertina

Com este título e subtítulo, saíu a lume um jornal de características particulares, já que se destinou a um desagravo pessoal do seu proprietário, director e editor José Bento Gonçalves Barroso Júnior, elemento preponderante das hostes evolucionistas.

Jornal de formato reduzido, era composto e impresso na mesma tipografia de O MONTALEGRENSE — a Tipografia Santos & Morais, na rua do Reigoso,

em Montalegre. Como já dissemos em páginas anteriores, anunciou-se como o jornal de maior tiragem em Montalegre.

Foi uma apropriação indevida do título do jornal anterior, que era de linha claramente católica, para combater um clérigo determinado, o arcipreste de Montalegre José Maria Duarte Júnior, um minhoto que certos barrosões não viam com bons olhos. Esta edição pirata de O POVO DE BARROSO, levou a que houvesse resposta imediata, por parte do arcipreste, que fez sair nove dias depois o primeiro número de O CRENTE DE BARROSO. Nos primeiros dezoito números deste último, fizeram imprimir na vertical o cabeçalho de O POVO DE BARROSO, com uma legenda em que avisavam o público da espoliação de que foram vítimas.

Dos dois números editados, o 1.° ocupa as três páginas iniciais com a explicação que opunha o novo director do jornal ao arcipreste: tendo falecido a esposa de José Bento G. Barroso J., e não tendo este relações pessoais com o pároco de Antigo de Viade, onde morava, fora pedido ao arcipreste, por interposta pessoa, a sua intervenção para a realização dos ofícios fúnebres através de outro padre; não satisfez o arcipreste a sua pretensão, alegando que o indivíduo em causa era livre pensador.

O 2.° número era ainda exclusivamente anti-arcipreste, com artigos de várias personalidades, incluindo párocos, o que nos dá a verdadeira dimen-

são da campanha organizada contra aquele clérigo, e por outro lado, nos confirma como a letra impressa estava em Montalegre, sobretudo, ao serviço de interesses de grupos de pressão na política local.

5.4 O MONTALEGRENSE

Semanário Republicano

Foi o terceiro jornal a aparecer em Montalegre, já depois de ter cessado a publicação de O BARROSÃO e O POVO DE BARROSO. Foi o de mais longa duração — cerca de sete anos e 292 números. Deste modo, os nomes dos responsáveis, impressos no cabeçalho, variaram com o tempo. De início teve a redactor Abel de Mesquita Guimarães e, como proprietário e editor, José Lourenço dos Santos. A partir do n.° 72 passou a editor, proprietário e administrador Joaquim de Morais, também redactor a partir do n.° 114. O n.° 201 assinala o regresso de Abel de Mesquita Guimarães, desta vez, como redactor, editor e proprietário. O n.° 236 apresenta de novo uma responsabilidade tripartida: director e proprietário Abel de Mesquita Guimarães, redactor Augusto Canedo, editor Joaquim Morais, tendo no n.° 262 Augusto Canedo assumido o lugar de editor.

O MONTALEGRENSE foi o primeiro jornal de Montalegre a assumir-se como órgão partidário, neste

caso, do Partido Evolucionista. Mas o relativamente grande período temporal de publicação dá-lhe, no entanto, uma variedade temática e de perspectiva política difícil de delinear aqui.

O 1.° número teve como elemento catalisador a visita de António José de Almeida, como já dissemos, em missão de instalação partidária e de propaganda do partido recém-criado. Anote-se que foi uma visita que ficou aquém das perspectivas, boicotada pela abundante neve que cobria o Barroso, nesse dia 24/3/1913. A 1.ª página desse número era preenchida totalmente com um artigo apologético do leader evolucionista, com um retrato central.

Regularmente, O MONTALEGRENSE imprimirá nas suas páginas as posições políticas do Partido Evolucionista.

A nível local, as suas invectivas terão duas direcções: o clero, com simpatias pela monarquia ou disso acusado; e as linhas do Partido Democrático, quase exclusivamente a facção de Vítor Branco. Neste último caso, a polémica com O COMBATE de que Vítor Branco era director serão contínuas. O MONTALEGRENSE apodará O COMBATE de «canudo latrinário», recebendo como resposta o de «canil donde partem latidos em vários tons».

O noticiário e crónicas locais de O MONTALEGRENSE, em confronto com a perspectivação necessariamente diferente dos mesmos casos por parte de O COMBATE ou de O CRENTE DE BARROSO, dão-

nos um quadro vivo e movimentado do quotidiano montalegrense da época.

O MONTALEGRENSE fixou ainda alguns textos importantes no domínio da investigação histórica. Assim:

n.os 29 a 44 — Ensaio Topográfico - Estatístico do Julgado de Montalegre, feito em 1836;

n.os 45 a 64 — Traslado dos forais dados à Vila de Montalegre por D. Dinis, D. Afonso IV e D. Manuel;

n.os 98 a 102 — Sermão burlesco sobre a encarnação de Cristo, atribuído a um cura galego de Forcadella, sob o título Eloquência Galega;

n.os 129 a 134 — Barroso e a Guerra da Restauração (1640-1668).

n.os 142 a 210 — Sob o título «Para a História», transcrição dum livro manuscrito, datado de 1730, da autoria do P.e João Barroso Pereira, «Antigas Memórias da Freguesia de Salto»;

n.os 221 — Para a Pré-História do Barroso — Relação e descrição de alguns objectos arqueológicos, recolhidos no concelho de Montalegre e oferecidos ao Museu Etnológico Português pelo capitão Fernando Braga Barreiros;

n.os 225 a 286 — Barroso no século XIX — notas históricas, políticas e militares, por F. Barreiros.

O MONTALEGRENSE vivia muito de transcrições, recorrendo quer a textos de poetas consagrados, quer a textos da imprensa, sobretudo de A REPÚBLICA, jornal, como se sabe, ligado ao Partido Evolucionista. São de salientar, neste contexto, um artigo de Machado dos Santos, Portugal e a Guerra, nos n.os 137 a 143; e ainda da autoria de António Granjo, Notas de Viagem e Etnografia — Portugal Desconhecido, cujo tema é a região barrosã.

O leitor que sobre o jornal se debruçar, notará o impacto da Guerra, quer no noticiário, quer na redução do formato, devido ao custo elevado que o papel atingiu, entre os n.os 167 a 200 (de 6/7/1916 a 12/4/1917).

Uma curiosidade final: foi o primeiro jornal a imprimir-se em Montalegre, na Tipografia Santos & Morais, sita na rua do Reigoso.

5.5 O COMBATE

Órgão Local do Partido Democrático

Foi seu director Vítor Branco, tendo como editor Carlos Alberto Fernandes e como administrador Francisco José de Morais Caldas. Era impresso na tipografia Minerva, e, a partir da 2.ª série na tipografia Mesquita, ambas em Chaves. Também a partir da

2.ª série, Vítor Branco era o único a ocupar lugar no cabeçalho, como director, proprietário e editor.

O subtítulo foi alterado para «Gazeta do Partido Democrático e Defensor dos Interesses do Barroso», ainda nos primeiros seis números da 2.ª série, para desaparecer nos restantes.

Foi o jornal de Montalegre mais irregular na publicação, mas também é o que nos dá uma perspectiva histórica mais larga no tempo e mais consistente na profundidade das suas análises. Em todos os seus artigos se reconhece a verve sarcástica e demolidora de Vítor Branco, num painel da administração municipal de Montalegre em épocas várias, que abrange retrospectivas da monarquia, a fase sidonista e os primeiros tempos do 28 de Maio. O seu estudo deverá ser complementado pela leitura da restante bibliografia do autor, que preenchem, em parte, as lacunas que os jornais apresentam.

Como o próprio título indica é um jornal de combate, onde o articulista ora se defende, ora ataca, na perspectiva do que ele entende melhor ser o interesse do Barroso. Foram notáveis e de larga visão os artigos em que martela a necessidade da arborização da região e do aproveitamento das quedas de água. Alguns números contêm relatórios minuciosos sobre casos obscuros da política local, como sejam o «Legado Morais Caldas» e o incêndio dos Paços do Concelho em 1923.

É o único que não faz transcrições de outros jor-

nais, nem se alonga sobre questões ideológicas. A política é, aqui, o facto concreto da administração pública.

O COMBATE não toma posições anti-clericais e denuncia a parcialidade com que era aplicada, a nível local, a Lei da Separação.

5.6 A VOZ DA DEMOCRACIA

Órgão do Partido Democrático

Era um semanário, tendo por director político Custódio Francisco L. de Moura; redactor — António José Vaz; administrador — António Luís Fernandes. Seguia como linha política, como mostra o subtítulo, a democracia de Afonso Costa. Era impresso na Tipografia Mesquita, em Chaves.

Sentiu dificuldades na sua publicação, pois tendo sido decidida em reunião do directório político local em 7/2/1913, o seu 1.º número apenas veio a lume em 1/6/1913, tendo-se-lhe antecipado O COMBATE. Tudo decorria da existência das duas facções no seio do Partido Democrático, sendo a liderada por Vítor Branco a que, normalmente presidia às comissões municipais, quando a vez cabia aos democráticos, apesar de a chefiatura local do partido pertencer à outra facção. A publicação de A VOZ DA DEMOCRACIA deve ser entendida como mais uma peça no processo para desalojar Vítor Branco.

O seu maior combate vai ser mesmo contra Vítor Branco, a quem acusam de não estar filiado e de não se submeter às directivas oficiais do partido. A VOZ DA DEMOCRACIA procura, pois, tornar pública a posição oficial do partido local de desapoio àquele munícipe.

Podemos ver nos vários números do jornal, notícias sobre as manobras de bastidores, junto dos dirigentes nacionais do Partido e do Governo, para a conquista do poder local, entre as duas facções.

Tem ainda as suas baterias assestadas contra o arcipreste local e vários artigos de feição anti-clerical. Não há hostilidade para com O MONTALEGRENSE, nem vice-versa, pois os laços familiares existentes superavam as diferenças partidárias, ou estas existiam em função daquelas, o que é uma hipótese plausível. O seu último número coincidiu no tempo com eleições locais em que o P.e Evolucionista triunfou largamente, o que não deve ter sido estranho à cessação da publicação.

5.7 O CRENTE DE BARROSO

Semanário Católico
Defensor dos Interesses de Barroso

Foi o 2.° jornal de Montalegre, em publicação consecutiva. Tinha como director o P.e José M. Duarte Júnior, arcipreste e antigo director de **O POVO DO**

BARROSO; o administrador era o P.e Domingos Barroso. A sua duração (4 anos e 202 números) fez com que houvesse também mudanças no grupo responsável: a partir do n.º 38 passa a redactor e administrador o P.e M. J. Afonso Baptista; este deixa as funções de administrador no n.º 52 para Eduardo d'Azevedo Coutinho, gerente da tipografia própria de O CRENTE DE BARROSO; este desaparece, porém do cabeçalho a partir do n.º 106.

Apresenta-se O CRENTE DO BARROSO como a continuação lógica de O POVO DE BARROSO, defendendo os mesmos princípios, mantendo no cabeçalho as siglas «Por Deus e pela Pátria» e «Boticas e Montalegre».

No seu primeiro número dá-nos conta das dificuldades sentidas para a instalação de uma tipografia, a fim de que o jornal pudesse sair regularmente. Renascem as colunas habituais: Interesses do Barroso, Folhetim, Tesouradas, etc. Como já dissemos, os primeiros 18 números referem-se à espoliação do título de O POVO DE BARROSO.

O CRENTE DE BARROSO começa, a partir do n.º 2, a fazer-se eco da movimentação dos Centros de Democracia Cristã, transcrevendo, em números sucessivos, textos de O IMPARCIAL, órgão do centro coimbrão. O n.º 94 (29/4/1915) vai ter mesmo preenchida a sua primeira página com o manifesto do Centro Católico Português, e os números seguintes publicitarão reuniões, artigos ideológicos, convite às urnas.

Saliente-se o n.º 3 (10/7/1913) de O CRENTE DE BARROSO, pela inserção da oração fúnebre do P.e Afonso Baptista, em memória do bispo de Braga, recém-falecido, e integrada nas cerimónias realizadas em Montalegre. Certa passagem, considerada hostil à República pelo administrador do concelho (considerado afecto ao Partido Evolucionista), valeu a prisão ao seu autor, que perante a voz de prisão do administrador não perdeu a oportunidade de dizer:

— V. Ex.a é livre pensador, e eu tenho a honra de ser metido na cadeia por V. Ex.a só por pensar livremente.

Dos n.os 107 a 140 vem uma série de artigos e reportagens integrados numa campanha para obstar à desanexação de Salto do Concelho de Montalegre, para ser integrada no de Cabeceiras. Era uma proposta do deputado Augusto José Vieira, sob pressão de Paul Marijon, director francês das minas da Borralha, que assim veria facilitadas as suas tarefas burocráticas. O povo de Montalegre opôs-se com vigor, já que as maiores receitas da Câmara vinham das minas da Borralha. O n.º 111 deste jornal publica a toda a largura das suas cinco colunas:

«Dois mil homens atacam os Paços do Concelho e vários cartórios, sendo abertas a machado diferentes portas e queimados numerosos documentos».

Os acontecimentos atingiram tal gravidade que foi precisa uma força de **Cavalaria 6,** depois substituída por **Infantaria 19** para repôr a ordem.

Um outro tema que O CRENTE DE BARROSO aborda detalhadamente é a Lei da Separação do Estado da Igreja, dando um contributo empenhado na campanha que contra ela foi organizada: para além dos artigos de opinião, veja-se no n.° 39 o telegrama enviado à Câmara dos Deputados e apelos à assinatura contra a referida lei.

Fornece, ainda, elementos para a problemática das «aparições» da Virgem em 1917, ao tratar do caso da Senhora do Barral, ocorrido a 10 de Maio desse ano com um pastorinho (n.os 95, 196 e 199).

Registem-se, finalmente, artigos de temas históricos:

— Postais Ilustrados (monumentos históricos de Barroso): O mosteiro da Chã (n.° 69), o mosteiro das Júnias de Pitões (n.° 70), o convento de Covas (n.° 71);
— Notas históricas acerca da passagem dos franceses por Barroso em 1809 (n.os 94, 95 e 96).

Anote-se o facto de a sua simpatia monárquica, o levar a incluir regularmente notícias da família real no exílio.

A partir do n.° 158, O CRENTE DE BARROSO aparece em formato reduzido: as causas devem ter sido as já apontadas para O MONTALEGRENSE, ou seja, carestia do papel e sua rarefacção devido à Grande Guerra.

5.8 — NOTA FINAL

Aqui termina esta rápida visita aos velhos jornais de Montalegre. Esperamos ter chamado a atenção para a riqueza que constituem e termos suscitado a curiosidade do leitor. QUE EM BREVE OS JORNAIS DE MONTALEGRE POSSAM SER CONSULTADOS EM MONTALEGRE.

Março de 1981

ILUSTRAÇÕES

Ano 1.º MONTALEGRE—Quinta-feira, 4 de Abril de 1909 N.º 1

ASSINATURAS

Trimestre . . . . . 300 rs.
Fóra do continente moeda forte 2$000 »
Numero avulso . . . . . 50 »

Redacção e administração
Crujeira—MONTALEGRE

O BARROSÃO

Quinzenario Republicano, Literario e Noticioso
ORGÃO DOS INTERESSES DO CONCELHO
Director e proprietario—ARTUR MARIA AFONSO

ANUNCIOS

Publicação de linha . . . . 40 rs.
Repetição . . . . . 20 »

Editor—Carlos Alberto Fernandes

Composto e impresso na Typ. d'O Republicano—Chaves

PRIMEIRO ARTIGO

Imprensa é a lingua ponderada e coerente com que os povos trocam impressões, e falam alto os seus direitos.

A imprensa é ainda a fotografia clara e inconcussa, onde a vida e o sentir d'uma sociedade inteira, fielmente se retrata.

—Se ela não existisse ainda, seria positivo que as nacionalidades não atingiriam o grau de civilisação e engrandecimento que actualmente as caraterisa.

Portanto levar á sua voz a todos os pontos afastados onde ela possa ser escutada e proveitosa, é um dever que por direito a todos nós se impõe, pois o mesmo é levar ao seio d'uma região desprotegida de todas as belezas, alguz e a justiça, condições aliás essenciaes de vida de que tanto se carece.

A esta missão nos dedicaremos com toda a nossa boa vontade, pois ninguem mais do que nós desejaria ver engrandecer e prosperar esta desditosa terra, que tão esquecida se encontra, tendo servido unicamente com as suas contribuições, pagas em dia, para avolumar consideravelmente os seus cofres.

—Deve dizer-se mesmo que se não fosse a definitação da mapa, o concelho de Montalegre, pela infeliz situação em que a natureza e o destino o colocaram, na distancia aos grandes centros, pelo ostracismo a que sempre os governos o deitaram, faria lembrar que não pertence aos portuguezes.

—Pedir cada qual o seu direito, é virtude.

—Pedir cada um o quanto deve, é desonesto.

—Ora sabendo-se que muito se obtém pedindo com justiça, conclue-se que em tam prodigada, se afastam muitos.

A todos os concelhos, pois, pedimos um pouco mais de apoio, para a tarefa a que nos votamos, declarando-lhes que teem as colunas do nosso jornal á disposição, para em tudo que for racional e de justiça, fazerem d'ellas o uso que melhor lhes interesse em sua colaboração, dentro das altaes instituções republicanas.

—Por isso que só dentro da republica trabalharemos, sem contudo atendermos a partidarismos.

—A politica para nós, tem um sinónimo cuja perfeita explicação se não coaduna com o nosso temperamento.

E' dama assás leviana e caprichósa, de quem nunca pretendemos captar as simpatias.

E só muito de longe lhe desejarémos apreciar o seu fatuo esplendôr.

O nosso rumo será direito, e a nossa preocupação será mais nos interesses do concelho.

D'aqui pois, das modestas linhas do nosso «Barrosão», cujo titulo e escolhemos por simbolisar mais propriamente em sua derivação, a alma regional, enviamos uma grande bruta de entusiasmo as nossas felicitações aos povos de Barroso, com o seu aparecimento.

Relogio

Cumpre-nos por lembrar á Exma Camara a conveniencia de mais devagar apodrecer de todo o magnifico relogio, que foi uma de Chaves, [illegible] para colocar numa das torres da mesma, [illegible] que se [illegible] uma boa grande de na verdade.

E dizemos *apodrecer de todo*, porque se não temos a certeza [illegible] o que [illegible] estamos convencidos que o mesmo relogio está [illegible] sabe alguem [illegible] que [illegible] de [illegible] de [illegible] de

I ANNO — Montalegre — Quinta-feira, 12 de Junho de 1913 — NUM. 1 (12)

POR DEUS E PELA PATRIA

O CRENTE DE BARROSO

BOTICAS E MONTALEGRE

SEMANARIO CATHOLICO, DEFENSOR DOS INTERESSES DE BARROSO

DIRECTOR E EDITOR — *J. M. Duarte Junior*
PROPRIETARIA: *a Empreza de O Crente de Barroso*
ADMINISTRADOR — *Domingos Barroso*

ASSIGNATURAS:
Trimestre, 200 rs. — Anno, 800 rs. — Estrangeiro, 1$200 rs.
Numero avulso, 20 réis
ANNUNCIOS — Na secção respectiva, cada linha 30 reis. — Repetições, metade.

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Rua Direita — MONTALEGRE
Typographia de «O CRENTE DE BARROSO»

Rasão do nosso proceder

COM VISTA AOS CATHOLICOS

Depois de uma suspensão nada voluntaria de "O Povo de Barroso" apparece, substituindo-o, este jornal catholico — "O Crente de Barroso" que continuará a defender o lemma sublime "*Deus e Patria*" que desde o inicio se adoptou.

Procurará, mais uma vez o assegura, defender, d'um modo especial, os interesses moraes e materiaes da região que patrocina, mas nem por isso relegará as questões d'interesse geral, que dizem respeito, muito de perto, a todos os que se prezam de catholicos por inteiros.

Não se chalreará propositadamente em *jaiaes questiunculas* politicas, nem systematicamente atacará homens ou ideias: exigirá, todavia, pelos principios que professa, com honra o mesmo respeito com que distingue os seus adversarios.

Combaterá pela verdadeira liberdade, e sem os receios, procurará, sendo lhe possivel, anniquilar a *liberdade de fim!* que alguns pretendem reivindicar para elles.

E, embora a vida particular de cada um seja para "O Crente de Barroso" um *bado sagrado* em que não tentará sequer penetrar, nem por isso a vida publica de *algum cidadão* lhe passará desapercebida, quando for preciso *eleminar*, com pulso firme, certos *cancros*, que só ao heroismo e crente Povo Portuguez prejudicam.

Somos filhos d'este valente Povo, e para o mesmo Povo temos trabalhado e trabalharemos até á morte.

Os sacrificios de toda a ordem que a **Empreza de "O Crente de Barroso"** tem feito, para montar, nestas terras, uma typographia relativamente completa e perfeita, a fim de o nosso jornal poder sair, de cabeça altiva, com regularidade, e muito melhorado — só os conhece e *aprecia* quem estas linhas [illegible]

Espera-se, pois, que os catholicos [illegible] de Barroso, fazendo justiça ao nosso labor desinteressado, e ás nossas rectas intenções, nos coadjuvem na medida das suas forças.

Ainda que sob a alçada da *lei*, a imprensa catholica é hoje a maior potencia de que podemos e devemos dispôr, mas para ella attingir a verdadeira perfeição, urge que todos nós concorramos, com os nossos escriptos, a nossa bolsa e a nossa propaganda para uma victoria final, que será certa, uma vez que nos esforcemos de que já *Deus* tem dos nossos humildes e dedicados préstimos, os pés de cuecas.

Sejam —

Ano 9.º — Montalegre, 23 de Março de 1916 — N.º 152

O MONTALEGRENSE

AVENÇA

SEMANARIO REPUBLICANO

ASSINATURAS

Pagamento adiantado

Em Montalegre, trimestre	80 centavos
Fóra de Montalegre	40 centavos
Brazil, ano	2 patacas
Africa, ano	2 escudos
Numero avulso	4 centavos

Redator, Editor, proprietario e administrador — Joaquim Morais

Redacção e administração — Rua 5 de Outubro — MONTALEGRE

Composição e impressão — Tip. SARAIVA & NORAIS — Montalegre

ANUNCIOS

1.ª publicação, linha	4 centavos
Repetições	3 centavos

Permanentes — Contrato especial

Os nos. assinantes gozam do desconto de 20 p. c.

Toda a correspondencia deve ser dirigida á redacção.

Portugal na guerra

Foi declarada pela Alemanha guerra a Portugal.

Tal facto que noutras eras significaria a conquista desta pequena nação que desde há um Seculo parece encaminhar-se para um abismo, representa hoje para nós uma nova aurora que despunta ariada e bela iluminando o caminho da Gloria, apontando-nos neste mar encapelado das paixões a tabua ansiada da nossa salvação, o regresso aos tempos idos das nossas grandezas.

A nossa neutralidade apregoada por portuguezes degenerados que preferiram o insulto á nossa dignidade de povo livre, a nossa vassalagem tacita ao poderio teutão, á perda irreparavel do nosso predominio colonial, á nossa liberdade até, encaminhava-nos para a ingloria situação de verdadeiros vassalos duma força que vem espezinhando a nossa raça, massacrando nossos irmãos. O exemplo chamarelo em Africa, onde uma horda de bandidos, de roubar, deliberadamente, traiçoeiramente, assassinou portuguezes que nessas inhospitas paragens guardavam a honra da nossa bandeira, pois ahi longe da patria, afastados d'aqueles que não pisiam desde logo vingar-lhes a morte, Portugal recebeu a primeira afronta. A Alemanha, soberba na sua força, apenas adornou os seus crimes na Belgica e as suas victorias na Servia, pretendia reduzir-nos á passividade não tendo por aquele acto uma desculpa, por aquele insolito proceder uma explicação. Era a força oprimindo o direito, era a brutalidade teutonica ameaçando um povo livre.

Confiada na nossa vassalagem torpe, no nosso receio deprimente, ela impunha-nos ainda a guarda em nossos portos dos seus navios, como se a nossa bandeira pudesse continuar a ser capa dos bandidos que assaltaram a heroica Belgica e massacraram em Africa nossos irmãos: pretendia ainda que esses barcos, onde tremulava orgulhoso o seu pavilhão, fassem eat nossas aguas um escurmo [illegible] necessidade [illegible] em luta, permanecendo ali repletos de mercadorias enquanto a fome nos batia á porta e os seus submarinos metiam no fundo de mar tantas vezes o pão que vinha acudir-nos. Então Portugal, num gesto nobre, não permitiu por mais tempo essa inação que a toda a humanidade prejudicava e logo que a Alemanha d'eles não fazia uso requisitou-os para si, pois destes carecia para fazer face á crise de subsistencias que alastrava impiedosamente.

Dahi a declaração de guerra que nós estoicamente recebemos, sentindo orgulha que essa força, que pretende avassalar a Europa, transponha as terras e os mares que nos separam e venha experimentar neste cantinho do mundo onde ex *ao Europa arabia e o mar principio* a tempera duma raça que desde seculos jamais deixou de sacudir o jugo que opressores lhe impunham.

Que venha, que transponha essas mares, os montes que nos circundam ou os ares que nos olham, que em cada palmo deste torrão a que chamamos Patria, em cada quebrada das nossas serras em que se acentuam nossos lares, brilhará a lâmina d'uma espada e repercutirá o grito de

VIVA PORTUGAL!

Para Hespanha

E' grande a quantidade de generos de primeira necessidade que são exportados para Hespanha, sem que providencias superiores sejam dadas para reprimir tal abuso.

O petroleo e gasolina tambem tem sido grande a quantidade que se tem exportado pelo nosso concelho, ficando imuvel a guarda fiscal visto em alguns postos da raia existir um só homem.

Pedimos a quem competir, o maximo rigor, para com os transgressores afim de [illegible] evitados, muitos [illegible] dos.

Com [illegible] não [illegible] [illegible] [illegible] para o futuro [illegible] das nossas [illegible]

PORTUGAL e ALEMANHA

A reunião extraordinaria do Congresso

A nota da Alemanha é lida pelo snr. ministro dos estrangeiros

Brilhante discurso proferido pelo grande tribuno snr. Dr. Antonio José d'Almeida

A SESSÃO ASSISTEM, ALEM DO SNR. PRESIDENTE DA REPUBLICA, OS MINISTROS DAS NAÇÕES ALIADAS

O Sr. Dr. **Antonio José de Almeida** [illegible] [illegible] [illegible]

ANO I — Montalegre — Domingo, 11 de Maio de 1913 — N.º 1

PELA VERDADE

O COMBATE

PELA JUSTIÇA

Gazeta do partido democratico

Assinaturas
Ano ..... 1,20 c.
Trimestre ..... 30 c.
Rua de Montalegre ..... 30 c.
Numero avulso ..... 2 cent.
Brazil e Africa ..... 2 P.

Director e proprietario — Vitor Branco
Administrador — Francisco José de Moraes Caldas
Editor — Carlos Alberto Fernandes
Redacção e administração — Rua da Botica

Tabelas
Por linha ..... 5 centavos
Repetições ..... 3 »
Impressa na tipografia Manuel Antonio Pereira Chaves, Vapor de Chaves

O QUE SOMOS

«O Combate» terá publicação quinzenal e seguirá, em politica, o partido democratico, cujos principios e pessoas defenderá com lealdade e dedicação, sem reclamar para si o mais insignificante favor pessoal.

Dentro do seu partido e sem quebra da disciplina partidaria, indispensavel em todos os organismos, manterá a necessaria independencia em todos os assuntos de que se venha a ocupar.

Acima da politica estritamente considerada, colocará as questões do interesse regional, as quaes defenderá o melhor dos seus esforços.

Em campanhas pessoaes sómente entrará quando a elas for chamado por motivos de moralidade e no interesse dos serviços publicos.

E mesmo n'este caso observará a maxima correcção evitando excessos, e só irá atrás de boa presa.

Será polaina [illegible] para com todos a quem que exploram a politica no interesse pessoal como explorarem qual per [illegible] negocio se para tanto tiverem competencia.

São estes os verdadeiros adversarios d'«O Combate».

TRIBUNAL

Responderam em processo de policia correcional, no dia 6 do corrente, [illegible] absolvidos, Francisco Dias Isidorio e Joaquim Dias, solicitos, do logar de Pitões, por terem [illegible] e voluntariamente n'um dos mezes de 1911, seu vizinho Feliciano Carvalho d'Azevedo.

Posse

Já tomou posse de governador civil do districto de Vila-Real, o Ex.mo Snr. Mariano Martins, tenente da administração Naval.

A sua Ex.ª enviamos-lhe as nossas cordiaes felicitações.

Comissão Municipal

O que se está passando com relação a esta corporação seria d'um cómico divertido se por ventura se não tratasse, como de facto se trata, d'um assalto em forma ao cofre do municipio, no qual estão empenhados historicos, monarquicos, conspiradores e evolucionistas. O cómico e o pituresco da investida desapareceem perante a gravidade da tentativa, que a ser coroada de bom exito, representará um verdadeiro desastre para o municipio.

Desde 1900 todas as vereações que se sucederam até á implantação da Republica saíram de mesmo grupo politico e foram constituidas pelas mesmas *figuras*, salvo uma ou outra substituição. Durante este lapso de tempo a camara apresentou dous facultativos municipais e um ambulancia da camara [illegible] sem quota de tempo, os respectivos [illegible] o cofre [illegible] com o augmento de [illegible] reis.

[illegible] os [illegible] possiveis, [illegible] os beneficiados [illegible] encontravam nas condições legaes de receber tal beneficio, e ainda hoje um d'eles faz chuica, principalmente em Cepeda, pela mesma forma e com os mesmos lucros [illegible] anteriormente á sua aposentação.

Tudo o que as vereações [illegible] durante este tempo [illegible] pessoal e voluntario com manifesto desprezo por tudo quanto era [illegible] do concelho.

Mas [illegible] que a todos [illegible] que mandaram [illegible] aos paços do concelho, por que este serviço foi bem feito, muito embora não desse todos os resultados que d'ele era de esperar.

Mais nada. No entanto do cofre da camara saíram anualmente quantias mais ou menos valiosas para pagamento de serviços, que nunca se [illegible].

Nas [illegible] eleitorais, [illegible] municipal encontra-se a crónica documentada d'estes desvios, escripta em tom alegre, mas muito claro e sugestivo.

Esse formidavel libelo do qual n'outra terra, resultaria pelo menos aniquilamento moral dos arguidos, quando por ventura não entassem n'uma cadeia, ficou sem resposta alguma, e os responsaveis continuaram na camara a fazer diabruras.

Nunca as receitas ordinarias chegaram para pagar integralmente os ordenados dos empregados dentro da respectiva gerencia, ficando-lhes geralmente a dever a importancia relativa ao ultimo trimestre.

E alguns havia a quem se não pagava, muito embora houvesse dinheiro no cofre, como aconteceu com os snr. drs. Diogo, Custodio e Victor, cujos debitos, á data da proclamação da Republica, passavam de 600:000 reis.

Aquilo éra d'eles e eles eram os que mandavam como queriam e entendiam.

Quando em 7 d'Outubro de 1910 se soube ter sido proclamada a Republica em Lisboa, com aplauso de todo o povo, eles, vendo que tinham de ser substituidos na camara, e sentindo a necessidade de levarem consigo parte do dinheiro que havia em cofre lavraram duas atas com data do dia 3 d'esse mesmo mez, referentes a duas sundades sessões, na primeira das quaes autorisaram varios pagamentos, e na segunda deliberaram que um dos camaristas, dos quatro presentes, recebesse e levantasse do cofre, como efectivamente levantou, a quantia de 340:000 reis para a camara d'um relogio.

[illegible] verdade [illegible] passados dias, para Montalegre, mas ainda não foi entregue á camara, [illegible] «Montalegrense» consta — [illegible] — que [illegible] encontra no *actual deposito municipal*.

A Camara [illegible] relogio, ainda não recebeu o relogio, e a casa que o forneceu viu decorrer um longo ano sem o dinheiro lhe chegar as mãos, e ainda hoje o não teriam recebido se por ventura não tomasse a resolução de se preparar para propor em juiso a respectiva acção.

Isto porem pouco importa porque o que convem saber é que esses 340:000 reis hão-de ser restituidos á camara por quem os recebeu, logo que pela auditoria do districto seja julgada a reclamação que contra o seu levantamento foi formulada pelo respectivo agente do ministerio publico.

Posteriormente foram publicados tres accordãos da comissão distrital pelos quaes as vereações de 1906, 1907 e 1908, foram condenadas a restituir ao cofre da camara a quantia de 824:353 reis, que elegalmente dispenderam. Esta quantia somada com aquela de 340:000 reis, profaz o total de 1:164:353 reis.

São responsaveis solidariamente por tão avultada quantia para com o cofre da camara, os senhores Germano Canedo, José Bento Gonçalves Barroso Junior, por alcunha o «Peguisto» padre Alberto Moura, Albino de Tourem, e outros.

São precisamente estes cavalheiros, e os seus consocios pintados de republicanos evolucionistas, que com mais lama atiram á atual comissão municipal, com o manifesto proposito de a substituir e colocarem-se assim em condições de poderem liquidar as suas contas com o cofre da Camara á custa do mesmo cofre.

Tal porem não sucederá porque a lei o não permite.

E que tem pregado a atual comissão municipal, que justifique, ainda que ligeiramente, essa campanha de diatrives que contra ela se levantou?

Tem feito uma administração irreprehensivelmente honesta, procurando atender todas as necessidades mais urgentes. Em irizante contraste com as gerencias anteriores satisfaz pontualmente todos os encargos ordinarios e ainda lhe tem sobrado dinheiro para gastar anualmente em obras mais dum conto de reis.

Com as suas receitas ordinarias conseguiu reparar o telhado dos paços do concelho, preservando-o das aguas das chuvas, o que nunca se conseguira desde a sua construção, não obstante o muito dinheiro que para tal fim inutilmente se tinha gasto. Ultimamente foi esse edificio largamente beneficiado, e hoje teria recebido todos os melhoramentos de que carece se não fosse os embaraços creados pelo actual administrador do concelho e pelo seu antecessor.

Com o proposito de facilitar a natural expansão da Vila e imprimir-lhe um aspecto de limpesa e asseio que não tem, abriu-se uma rua de comunicação entre a rua Direita e a da Botica; alargou-se e alinhou-se esta, e propõe-se iniciar a construção da estrada municipal n.º 1.º tendo-se já adjudicado a construção do primeiro troço, entre o bairro da Portela e a estrada Distrital, ao largo do Toural. Estas obras, que n'este verão deviam ficar concluidas, tendiam tambem proporcionar trabalho a quem não encontra meios de ganhar o indispensavel para a sua alimentação.

Adquiriu tôdo o mobiliario para a instalação da guarda nacional republicana, e preparou-lhe o competente alojamento.

A viação rural merecem sempre a comissão especial cuidado, tendo mandado reconstruir seis pontes no pouco tempo que se encontra á frente da administração municipal.

No seu proposito de cuidar de tudo que diz respeito ao fomento municipal, empenhou-se em promover a arborização, e como as medidas que por si tomou para tal fim não pudessem surtir todos os seus claros praticos, organisou um projecto de lei que já foi apresentado ao parlamento e cuja aprovação será dentro em pouco um facto. Esse projecto mereceu á Direção Geral da Agricultura e ao senador José da Costa as referencias mais elogiosas para a comissão.

E' pois notavelmente frizante o contraste entre o proceder da actual commissão e o das gerencias anteriores.

A campanha de lama que agora se levantou contra aquela orbidade não represo-

A VOZ DA DEMOCRACIA

ORGÃO DO PARTIDO DEMOCRATICO

ANO I

ASSINATURA
Montalegre, trimestre . . . . . 30 centavos
Fora de Montalegre, trimestre . . 40 centavos
Brasil, ano . . . . . 2$0 centavos
Africa, ano . . . . . 2 escudos
Numero avulso . . . . . 4 centavos

Impresso na Tip. e Papelaria Mesquita — CHAVES

Montalegre, 1 de Junho de 1913

Director politico—Custodio Francisco L. de Moura
Redactor—Antonio José André Vaz
Administrador—Antonio Luis Fernandes

ANUNCIOS
Por linha, 1.ª publicação . . . . . 4 centavos
Repetições . . . . . 3 centavos
Anuncios permanentes contrato especial
Os assinantes terão o desconto de 20 por cento

Redacção e adm. Rua Direita — MONTALEGRE

N.º 1

QUEM SOMOS

Seguindo velhas praxes em conquistarmos lóro de cidade, vimos apresentar a quem nos ler o nosso programa e os nossos fins. Nunca é superfluo a fundação de um jornal, mormente numa localidade atrasada de muitos anos sob o ponto de vista politico onde a incultura se manifesta evidentemente pelo desconhecimento dos inalienaveis direitos civicos que toda a criatura deve possuir e cultivar com todo o carinho e fervôr, pois que a compreensão desses direitos que nos impõe ao respeito e consideração da gente culta e nos sobrepõe a esses infelizes a quem a incuria e o despréso, mantivessem numa ignorancia premeditada para servirem de degraus e alicerces aqueles que durante muitas dezenas de anos tem explorado e ainda hoje exploram criminósamente este nosso povo, sofredor e trabalhador.

Por motivos extranhos a nossa vontade este jornal só hoje pôde ver a luz da publicidade, quando é certo que em 7 de fevereiro ultimo, numa reunião magna da organisação do Partido Republicano Democratico, se resolveu a sua fundação como orgão deste partido e do respectivo Centro Democratico.

E pois seu lito, programa, a defêsa do programa do Partido Republicano Portuguès que nos abraçamos com entusiasmo e orgulho, porquanto foi ele a melhor arma de combate e de propaganda contra a monarquia e encerrou as aspirações maximas exequiveis em curto lapso de tempo de maneira a provocar o rejuvenescimento da nossa Patria miseravelmente posta, progressiva que se impunha do respeitadas as peculiaridades mais adiantadas. Incondicionalmente colocamo-nos ao lado desse programa e tentaremos lazer a propaganda e defêsa dos seus principios tanto quanto nos ajudar as nossas apoucadas forças e competencia, nada havendo que nos faça desviar dele. Mas a par deste nosso desideratum, envidaremos todos os esforços para conseguirmos instruir e educar, tanto quanto possivel, o povo Montalegrense, ministrando-lhe conhecimentos geraes de que ele carece e orientando-o no sentido verdadeiro e unico da emancipação intelectual e moral.

E' portanto dificil e ardua a missão que nos impõmos, mas outro não podia ser o fim em vista do Centro Republicano Democratico de Montalegre ao deliberar criar este jornal.

Combateremos sem treguas a mentira e a hipocrisia qualquer que seja a sua mascara e exporemos aos olhos do povo os varios tartufos que, abusando da ignorancia do nosso povo, tentam individual-o com promessas falsas e doutrinas erroneas e pernicionsas, por retrogradas.

Aceitamos o principio que a boa politica é a boa administração e por consequencia o progresso dum povo e o seu bem-estar, implicitamente se conclue que lícito ao nosso jornal um cuidarmos do desenvolvimento material desta região tão desprezada até hoje.

Uma politica regadamente democratica, instrução e educação do nosso povo, tal será em suma a nossa preocupação.

Custodio de Moura

Expediente

A todos os cidadãos a quem enviamos o nosso jornal e que o não quiserem assinar, é favor devolvel-o com a maior brevidade possivel afim de não causar embaraços na escrituração da conta corrente.

É MAIS UM COMBATENTE

SALVE!

A idea democratica difunde-se poderosamente na alma dêste povo, que dia a dia se vai interessando em todas as manifestações da actividade politica da nação.

São manifestações de vida.

Desperta, cheio de fé, num entusiasmo de sincero patriotismo, este generoso povo, que um regimen de criminosos desperdiçou e desvergonhadamente politiquice de adiantados e adiantados, laquais sepultando na perda irreparavel da sua autonomia e liberdade.

E' a ressurreição duma nacionalidade alimandose, desde o 5 de outubro de 1910, numa la longa serie de atos publicos dos seus concidadãos.

O interesse com que todos, até aos mais pequenos, está despertando a mancha dos negocios publicos, procurando cada qual a sua bandeira partidaria, para sob ela se abrigar, mais tarde a conquista das reivindicações do seu programa, é a mais eloquente afirmação de que a vida nacional se edentifica com as largas e nobres aspirações da democracia.

E' que se vai compreendendo, que esta patria tão querida e amada, tão não é o feudo duma privilegiada classe que tinha á sua frente, como chefe dum bando, ou duma quadrilha, um monarca cinundo de sangue pulturento e devasso pactuando com a seita dos dedicados filhos de Loyola.

Compreende-se que esta patria é desde a proclamação da Republica, de [illegible] portuguêses, que a queremos engrandecida e respeitada. Patria e Republica de tal modo se identificaram que não ha liberdade que não seja republicana, e não é facil compreender que um republicano, na rigorosa acepção do termo não seja um cidadão com o aprimorado sentimento do mais fervoroso amôr á patria que o tem por filho.

Todos sentem nésta hora desejo de trocar impressões e dar o seu esforço na grande obra da propaganda em prol do ideal democratico.

Os homens mais eminentes do novo regimen, tem contribuido com o seu talente e o seu saber, para a obra da reconstituição social.

Porém justo é salientar a figura extraordinaria do inconfundivel estadista dr. Afonso Costa, como aquêle que mais incarnou o sentir e as aspirações mais elevadas e justas, da alma nacional.

A sua obra legislativa é, pôde dizer-se, sem lisonja e sem despeitos para ninguem, a mais fecunda, a de maior alcance social e a de mais larga influencia moral que até hoje se publicou.

A lei da separação, emancipadora da consciencia popular da tutelar e tirenica opressão clerical, de liberdade e de bondade tambem, para com os mimosos dum religião, que devia ter sido toda de amôr e caridade e a tornou transformado, ao sabor de Roma, numa exploração ignobil das crenças dos simples e ingenuos [illegible] contra a liberdade das consciencias, é individualmente a lei basilar da Republica, ou antes a que vagnarda em segurança da mesma Republica.

A lei da familia, lei de proteção á infancia, que inclemente o criminoso amôr, lançava no lago immundo dos que não tem pai, á ignominiosa desgraça da anonima classe dos que não sabem donde promanaram, lei de proteção á mulher a quem outra lei, a do divorcio, liberton em tantos casos de uma escravidão infamante e mil vezes torpe e miseravel, é a um tempo uma lei fraterna e humana, reveladora dos generosos e nobres sentimentos de coração do seu autor.

A lei da contribuição predial, lei de equilibrio orçamental é ainda um eloquente brado de justiça a favor do fraco aquem protege.

Salientar pois, um vulto da democracia da estatura invulgar do atual presidente dum ministerio: propagandear os largos serviços dêste republicano coerente com o seu passado e inabalavelmente firme nos seus principios, é obrigação e dever de todo o bom patriota.

E agora que mais um jornal do velho partido republicano portuguès como orgão do partido democratico, se funda no norte do distrito de Vila Real para espalhar as puras doutrinas do programa dêsse partido, venho eu com toda a minha fé democrata saudal-o com estas singelas mas sentidas palavras: — *E' mais um combatente. Salve!*

Vizeu, Maio de 913

José Augusto Pereira

BEMVINDO SEJA

Ha momentos imperiosos em que por mais debil de inteligencia que se seja, por mais fraco que se [illegible] elucubrações de se escrever qualquer coisa em jornaes, que nisso [illegible] um Hercules para poder arrastar com as responsabilidades graves em que incorre. Assim me acontece a mim pobre de espirito e um pouco acanhado de inteligencia que me atrevo a dizer-vos com a maior sinceridade possivel: — *Bemvindo sejas.*

Sim, bemvindo seja o periodico que defendendo os interesses partidarios, terá que seguir á risca um programa cheio de bondade e de justiça qual é o programa do Partido Republicano Portuguès.

Que seja um jornal, que desprezando a pequenina intriga pessoal em

I ANNO — Montalegre — Sabbado, 4 de maio de 1912 — NUM 15

POR DEUS E PELA PATRIA

O POVO DE BARROSO

BOTICAS E MONTALEGRE

SEMANARIO CATHOLICO DEFENSOR DOS INTERESSES DE BARROSO

DIRECTOR — *J. M. Duarte Junior*
PROPRIETARIA: *a Empreza de* O Povo de Barroso
EDITOR E ADMINISTRADOR — *João Imaellas*

ASSIGNATURAS
Trimestre, 100 rs. — Anno, 500 rs. — Estrangeiro, 1$200
Numero avulso, 20 rs.
ANNUNCIOS — Na secção respectiva, cada linha 30 rs.
Repetições, 20 rs.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — *Rua Ferreira Montalegre*
Compos e imprimiu: Typographia «Propaganda Catholica» R. Marquês da Republica, 60 — BRAGA

A CAMINHO

Pois esse paiz além não conhecemos terras de provincia com a importancia de Montalegre e Boticas, que não dispõnham da sua imprensa local, onde se debatam os melhor interesses necessarios e se formulem as petições justas.

O apparecimento do *Povo de Barroso*, semanario destinado particularmente á defesa dos interesses das Terras de Barroso, comprehendidas n'aquelles dois concelhos, deve, pois, ser festejado como um acontecimento do qual dependerão no futuro os resultados mais beneficos. Isto nos propomos, isto esperamos pelo muito amor que dedicamos a esta terra, tão digna de melhor sorte, mas ate hoje tão esquecida dos poderes publicos na distribuição dos favores regionaes.

Pode, talvez, fracassar esta nossa obra, pode esta esperança dar em desillusão cruel, mas bem porque os raios das nossas mas baterão mortaes, porque não o fito não é individual, não vamos em procura do Velocino nem á conquista d'esporas d'oiro, vamos só ver como acudir a muitas necessidades sociaes. É o impossivel? Não. E que fosse? Valeria-nos sempre a satisfação intima do dever cumprido.

•

A religiosidade é parte integrante do homem e da sociedade; sem ella nem aquelle é completo, nem esta perfeita. Inauferiveis os direitos de Deus, e inolvidaveis os deveres do homem para com elle, claro é que o nosso jornal tem de defender com todas as forças a religião verdadeira, sem intolerancia e desrespeito para as convicções contrarias, nascidas embora do erro e da ignorancia.

•

Como entre familias conhecidas se falla sempre com sinceridade dos factos, benigrada de no coração e interesse no raciocinio, e a Justiça, empregará suas luzes no falar sincero e fiel á grande familia barrosã.

Fazendo por dirimir odios e dissenções, que rebaixam e amesquinham, fará por fomentar a sementeira do bem-querer que enobrece e dignifica. N'este intuito evitará o vicio dos espiritos mal assonados, que se valem de phrases ôcas e empoladas para encobrir a penuria mental, e usará a linguagem simples, chã e clara, que todos digam, que todos entendam, ao dar as suas noticias, no bordar dos seus commentarios, na exposição das suas doutrinas e na orientação dos seus propositos.

•

Não iremos, ao nascer do nosso jornal, toldar-lhe o futuro com declamações de politica partidaria, sempre mais ou menos irritantes. Quando ella for crescidinho, senhor de si e na sua plena liberdade, sabendo bem o que se passa no mundo dos enredos, então norteará o seu rumo politico, singrando sempre na esteira dos mais sãos e solidos principios da democracia christã.

•

Que resta? Que o publico venha em nosso auxilio procurando-o, diffundindo o nosso jornal, lendo-o e ajudando-o a viver, estimando-o como coisa sua propria, e como meio de poder conseguir para estas terras alguns melhoramentos dos muitos que ella carece.

Interesses de Barroso

Estrada de Braga a Chaves por Barroso

Era um grande melhoramento para a região barrosã a conclusão da estrada, que sahindo de Braga, já está em exploração ate a Venda Nova. Ella viria tornar muito mais importante o commercio de Montalegre, augmentaria o valor dos productos agricolas, e, sobretudo, daria uma grande importancia á mencionada villa. O gado bovino da região barrosã é estimado não só nesta região, mas ainda por esse paiz alem; e, havendo melhores meios de transporte, com certeza ha de ser muito mais procurado, e portanto mais bem pago — tudo que resultará proveito para o lavrador.

Sabemos que para a construção d'essa estrada alguma coisa foi concedida; mas e isso tão pouco que mal chegará para conduzir para o logar do trabalho os respectivos instrumentos e construir a primeira ponte, por pequena que seja. E tal o interesse e que nos merece este assunto que não largaremos não d'elle, emquanto se não desvanecer de todo a esperança de vermos attendidos.

J. de D.

O Cemiterio Municipal de Montalegre

Crescendo de dia para dia a população d'esta villa, apesar da boa vontade, do menos apparente, de todos a quem que tem passado pelos destinos do municipio, em Attitude da pequena area do cemiterio, os enterramentos vão-se fazendo com uma tal desordem e acanhamento que, não havendo o maximo cuidado, facilmente se darão graves violações de sepulturas, como nos tem feito, muitos annos por leis ecclesiasticas e civis, com desgosto das familias e perigo para a hygiene publica. Sabemos de fonte segura que alguem na n'esta villa que se interessa a valer por este importante assumpto, recebendo já muito boas palavras de tres vereações, mas não se tem passado d'isto. Oxalá, porem, que dentro em breve ás boas palavras correspondam as boas obras e o nosso applauso não se fará esperar a quem o merecer.

J. de D.

As nossas columnas ás ordens de todos

— Folgaremos immensos em vermos abater todas as bandeiras politicas para fic-Era muito louvavel que, á semelhança do que se dá em muitas terras que conhecemos, sempre que se tratasse d'um melhoramento que viesse beneficiar esta região de todos os governos não despresada, nos mostrassemos tão estreitamente que nenhum *magnate* nos pudesse resistir.

Não é nossa intenção fazer consciencia alguma o jogo. Pesta ou d'aquella facção, no entanto, evitando sempre a distincção de cores, as colunas do nosso jornal abrir-se-hão de par em par e desinteressadamente a todos os que com sinceridade, pugnem por esta terra. Sempre apoiaremos qualquer plano aproveitavel, seja quem for o seu autor. Avante! Tem a despertar.

Caminho para Santo André

A' Ponte das Lamadas, que liga as importantes povoações de Gralhas e Santo André esta parcialmente cortada. Ha mezes, pela Lezia das ultimas chuvas, sacudiu-lhe talvez por alguma enxurrada de pouco pouco gosta. Apesar do que tal expoldo, como nos parecer tal feito e alguma boa vontade bido se teria remediado. Lembraremos á ex.ma commissão municipal que não deve de ser de os tempos ao abandono um melhoramento que se urgente, que tanto a lavra, e que em quasi nada lhe prejudica os *fundos*.

Pela instrucção

Temos immenso prazer em offerecer esta secção aos Exc.mos Snrs. Professores e Professoras da região que patrocinamos para que d'esta Tribuna possam expor as suas justas reclamações e explanar os horarios e systema de ensino que mais convem a Barroso. Quando a nossa voz, tenha o ordeme, nunca deixaremos de estar ao lado do illustre professorado que tanto prezamos, e a seu, ou com elle, outras recusaremos espalhar a instrucção, que, depois da educa-

Escola em Padroso

Somos informados de que a Exc.ma Senhora Professora de Meixide foi transferida para a escola mixta de Padroso. Os nossos cumprimentos.

Nova escola em Santo André

Tendo sido creada uma nova escola na freguezia de Santo André foi ha tempo despachado para lá o illustre professor da villa de Montalegre, Snr. Carvalho Junior. Embora Montalegre se resinta já da ausencia do seu digno professor, devemos dizer que esse despacho foi um acto de justiça, porque devido a elle, o referido Snr. Carvalho e sua extremecida esposa, que tambem é professora, e filhos, passam a viver juntos depois d'uma separação forçada de muitos annos. Que a felicidade lhes sorra ainda largamente, são os nossos votos.

A villa de Montalegre sem professor

Tendo-se retirado ha tempos de Montalegre o illustre professor d'esta villa as creanças do sexo masculino ficaram ao completo abandono, esquecendo-se hoje o que aprendeu desde o principio do anno. Alguns rapazes deveriam, na proxima epocha de exames, fazer 1.º e 2.º grau, mas continuando sem professor, lá se vae o trabalho começado, o tempo gasto. Sabemos que a escola tem estado a concurso; todavia, como por fora de Barroso se faz uma feia pessima d'esta região, os concorrentes desviam-se a tempo. Bom seria que, principalmente aquelles a quem compete, tratassem de convencer alguem de que isto *não é bem uma Siberia, nem um sobado de prisão*. Barroso é, sim, uma região quasi desconhecida, e abandonada, mas ainda tem os seus attractivos.

— Em fim do mez passado esteve em Boticas o deputado Snr. Carvalho Mourão. Vai ver os bezerros á feira ou prender-

O Povo de Barroso

Gazeta Catolica Vespertina

ASSINATURAS

Trimestre . . . . . 300 reis
Brasil e Africa (ano) . . . . . 2$000 reis
Numero avulso . . . . . 20 reis

DIRETOR, EDITOR E PROPRIETARIO

José Bento Gonçalves Barroso Junior

Redação e Administração
Rua do Relgoso—MONTALEGRE

ANUNCIOS

1.ª publicação linha . . . . . 30 reis
Repetição . . . . . 20 reis

Composição e impressão Tip. Santos & Morais R. do Relgoso—Montalegre

Resposta à Defeza do sr. Arcipreste

Um malandro a quem por engano fizeram ministro da religião de Cristo, tendo conseguido arranjar, com as suas intrujices, uma tipografia, logo começou a usar dela para intrigar e infamemente mentir.

O P.e José Martins Duarte Junior — Arcipreste-reitor de Montalegre—veio, com o seu pasquim, mostrar, a quem não o conhecia, que não passa de um perigoso embusteiro.

A sua *defeza* é um amontoado de mentiras que ele não tem a coragem de repetir diante das pessoas que intervieram na questão.

Contemos as coisas como elas realmente se passaram, com toda a [illegible].

Tendo falecido a Sr.ª D. Ana de Miranda, esposa [illegible] Bento Gonçalves [illegible], este cavalheiro, em virtude da inimizade notoria que ha entre ele e o Abade de Viade, pediu a pessoa da sua [illegible] para procurar o mesmo Abade, participar-lhe o ocorrido e fazer-lhe ver o seguinte:

Como o abade devia compreender, a ele José Bento seria muito penoso recebe-lo em sua casa, como a ele abade não devia ser agradavel entrar em casa de um individuo a quem odiava de morte. Por isso lhe lembrava que escolhesse um padre da sua confiança em quem delegasse as suas atribuições, na certeza de que lhe seriam pagos os *direitos paroquiais* na forma do costume.

A isto [illegible] o abade que não [illegible] as suas atribuições, que [illegible] José Bento tinha pensado em com cedo têr de se sujeitar a [illegible] abade, que era ocasião de se [illegible].

[illegible] dada esta resposta, foi [illegible] pedindo-lhe a chave da igreja para armar a eça, o que ele fez, comprometendo-se a pagar-lhe imediatamente a quantia a que o abade tinha direito, fazendo-lhe vêr que ia encarregado pelo sr. José Bento de lhe dizer que fosse qual fosse o padre em que delegasse este seria bem aceito.

Perdeu o tempo.

Tendo conhecimento destes factos o sr. Germano Canedo procurou o sr. arcipreste a quem pediu para aplanar dificuldades, convencendo o abade de Viade a delegar as suas atribuições em qualquer outro padre.

O sr. arcipreste ficou de ir a Viade no [illegible] e desde logo declarou que não podia ir ao enterro porque tinha de ir nesse dia para Vilela.

No dia seguinte o sr. Germano Canedo mandou *pedir* ao sr. arcipreste para ir a sua casa e novamente com ele instou para que, a fim de evitar acontecimentos que podiam atingir certa gravidade, partisse para Viade para falar com o Abade.

O sr. arcipreste disse que ia partir imediatamente, prometendo comunicar-lhe o que se passasse.

O sr. Germano Canedo partiu mais tarde para o Antigo e, pelas 5 horas da tarde, como o sr. arcipreste não aparecesse resolveu ir até Viade. Chegando aqui soube que o sr. arcipreste lá tinha estado e se tinha já retirado para esta vila, como soube tambem que ele tinha dito [illegible] Barbosa de Viade que se [illegible] Carreiras cantasse a missa [illegible].

Procurou o sr. Germano Canedo o abade e durante uma [illegible] esgotou todos os argu[illegible] a fim de con[illegible] abade tran[illegible] que disse o Bento.

Obstinadamente recusou-se a aceder, ameaçando consumir as hostias que estavam no sacrario e abandonar a igreja para impedir que outro padre nela celebrasse.

De facto assim fez:

Abrindo a porta da igreja nela entrou, paramentou-se, consumiu as hostias que estavam no sacrario, deixou o calice sobre o altar e saiu, declarando a igreja abandonada.

Revestido de paciencia o sr. Germano Canedo consentiu em tudo isso, impedindo que pessoas que estas scenas presenciaram satisfizessem os seus desejos de as evitar, castigando o abade, como merecia.

Entretanto o sr. arcipreste chegava a Montalegre e sendo informado pelo sr. dr. Abel que o sr. Germano Canedo estava para o Antigo, disse àquele que seria bom escrever-lhe, dizendo-lhe que o abade estava renitente, que era um doido, que tinha berrado com ele arcipreste, que exigia que o sr. José Bento a ele se sujeitasse (as palavras não serão fielmente reproduzidas mas a ideia foi esta).

O sr. dr. Abel, que estando em Montalegre, não podia adivinhar o que no Antigo e em Viade se passava e que apenas sabia que o abade se recusava a entregar as chaves da igreja, mas que estava convencido que àquela hora a que o sr. arcipreste lhe falava já a porta, a bem ou a mal, estava aberta, estranhando intimamente que o arcipreste não tivesse ido ao Antigo, disse-lhe que não era preciso escrever, pois que àquela hora tudo devia estar resolvido.

Ainda o sr. arcipreste lhe disse que em virtude da atitude do [illegible] de generar que, [illegible] P.e Carreiras e

ÍNDICE

1. UMA HERANÇA A PRESERVAR 3

2. A CONJUNTURA HISTÓRICA 4

3. CRONOLOGIA 11

4. TIRAGENS 12

5. OS JORNAIS 13

5.1 O Barrosão 13

5.2 O Povo de Barroso 15

5.3 O Povo de Barroso 18

5.4 O Montalegrense 20

5.5 O Combate 23

5.6 A Voz da Democracia 25

5.7 O Crente de Barroso 26

5.8 Nota Final 30

0018325

Biblioteca
Municipal
Montalegre

Os jornais de Montalegre na 1ª
República (1910-192...

S
008(4
A